



Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2020





Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Associados, Conselheiros e Administradores da
Ação Comunitária do Brasil - São Paulo
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ação Comunitária do Brasil - São Paulo (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Ação Comunitária do Brasil - São Paulo em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.

Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências, significativas ou não, nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de abril de 2021

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Alcides".

Alcides Afonso Louro Neto
CT CRC 1SP-289.078/O-2

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeiras	4	3.161	4.549
Recursos vinculados a projetos	5	3.399	3.495
Contas a receber	6	1.379	1.291
Estoques	-	231	210
Outros créditos	7	2.144	1.806
Despesas antecipadas	-	84	59
Total do ativo circulante		10.398	11.410
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	-	-	79
Outras contas a receber	-	-	5
Impostos a recuperar	8	160	160
Imobilizado	9	1.894	1.941
Intangível	10	35	54
Total do ativo não circulante		2.089	2.239
Total do ativo		12.487	13.649

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	-	407	440
Financiamentos	-	6	8
Férias e encargos	11	714	784
Impostos a recolher	-	3	2
Recursos vinculados a projetos	5	3.399	3.495
Outras contas a pagar	-	356	191
Total do passivo circulante		<u>4.885</u>	<u>4.920</u>
Passivo não circulante			
Financiamentos	-	-	5
Total do passivo não circulante		<u>-</u>	<u>5</u>
Patrimônio líquido	12		
Patrimônio social		8.724	7.985
Superávit (déficit) acumulado		(1.122)	739
Total do patrimônio líquido		<u>7.602</u>	<u>8.724</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>12.487</u>	<u>13.649</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Receitas operacionais com restrições			
Subvenções e convênios	13	2.793	3.939
		2.793	3.939
Sem restrições			
Receitas institucionais	14	4.989	4.900
Receita com aprendizagem	15	1.570	2.502
Venda de brindes corporativos	16	5.661	7.586
Trabalho voluntário	23	302	398
		12.522	15.386
Total das receitas operacionais		15.315	19.325
Custos e despesas operacionais			
Com restrições			
Assistência social	17a)	(2.793)	(3.939)
		(2.793)	(3.939)
Sem restrições			
Assistência social	17b)	(5.071)	(4.603)
Custo dos brindes vendidos	16a)	(3.237)	(4.337)
Despesas com venda de brinde	16b)	(2.010)	(2.535)
Depreciação e amortização	-	(238)	(246)
Despesas com mobilização de recursos	21	(1.684)	(1.639)
Despesas administrativas e gerais	17c)	(1.133)	(1.041)
		(13.373)	(14.401)
Trabalho voluntário	23	(302)	(398)
		(16.468)	(18.738)
(Déficit) / Superávit antes do resultado financeiro		(1.153)	587
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	-	143	257
Despesas financeiras	-	(112)	(105)
		31	152
(Déficit) / Superávit do exercício		(1.122)	739

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit (Déficit) acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.822	163	7.985
Transferência para patrimônio social	163	(163)	-
Superávit do exercício	-	739	739
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.985	739	8.724
Transferência para patrimônio social	739	(739)	-
Déficit do exercício	-	(1.122)	(1.122)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>8.724</u>	<u>(1.122)</u>	<u>7.602</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Das atividades operacionais		
(Déficit) / Superávit do exercício	(1.122)	739
Ajustes para conciliar o lucro às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	238	246
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	172	84
	(712)	1.069
Aumento (redução) das contas do ativo		
Recursos vinculados a projetos	96	(413)
Contas a receber	(88)	64
Estoques	(21)	98
Outros créditos	(338)	258
Despesas antecipadas	(25)	45
Depósito judiciais	79	-
Outros ativos	5	13
Aumento (redução) das contas do passivos		
Fornecedores	(33)	(39)
Empréstimos	(2)	-
Salários, férias e encargos a pagar	(70)	111
Recursos vinculados a projetos	(96)	413
Impostos a recolher	1	-
Outras contas a pagar	165	(50)
Empréstimo a pagar	(5)	(8)
Caixa (utilizado nas) / proveniente das atividades operacionais	(1.044)	1.561
Das atividades de investimentos		
Aquisições imobilizado e intangível	(344)	(342)
Caixa líquido utilizado nas atividade de investimento	(344)	(342)
(Redução) / Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.388)	1.219
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	4.549	3.330
No final do exercício	3.161	4.549
(Redução) / Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.388)</u>	<u>1.219</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Ação Comunitária do Brasil - São Paulo, sob nome fantasia “Vocação”, foi constituída em 1967. É uma entidade de direito privado, beneficente, sem fins lucrativos, sem credo religioso e sem vinculação político-partidária, isenta de qualquer forma de discriminação em relação à raça, sexo, cor, idade, origem ou qualquer outra natureza.

Seu objetivo é a promoção da inclusão social por meio de programas socioeducativos, socioassistenciais, culturais, de esporte e lazer e preservação ambiental, para solução de questões típicas de comunidades em situação de vulnerabilidade social, prestando para tais fins, serviços gratuitos, permanentes, sem qualquer discriminação de clientela, conforme a legislação em vigor. Dedicar-se também, à realização de estudos, pesquisas e projetos, por si ou por meio de terceiros, objetivando a formação de tecnologia para o desenvolvimento social e cultural das comunidades que atua, bem como a prestação de serviços a órgãos públicos, a instituições voltadas ao desenvolvimento comunitário sustentável e às empresas privadas.

Para a consecução desse objetivo, utilizará os meios disponíveis para pesquisas e estudos, visando o desenvolvimento de planos e ações, bem como a mobilização de recursos privados e públicos, nacionais ou estrangeiros necessários ao bom desenvolvimento de suas atividades. É reconhecida como entidade de utilidade pública federal, estadual e municipal.

Impactos da Covid-19

Considerando os efeitos da pandemia, a Vocação reorganizou sua operação e adotou as medidas e orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) bem como do Ministério da Saúde do Brasil na luta contra a propagação do vírus.

Durante 2020, todas as atividades previstas em seus projetos e programas bem como as atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SVFV) e as Ações de Apoio e Integração ao Mundo do Trabalho foram adequadas para o formato EAD e ou suspensas conforme recomendações das autoridades da saúde e os demais órgãos competentes.

Como principal impacto financeiro a Vocação apresentou uma queda na sua receita operacional de 21%, decorrente da redução nas receitas com Subvenções e Convênios e a Venda de Brindes Corporativos (Brinde do Bem).

Pensando na manutenção da sustentabilidade financeira da entidade elaborou um plano de contingência, adotando parcialmente as medidas disponibilizadas na MP 936/2020 na perspectiva da manutenção dos empregos. Fez parte também do plano a renegociação de contratos de prestação de serviços ou suspensão por tempo indeterminado dos mesmos além da reavaliação de todas as despesas operacionais da entidade.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A administração da entidade autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 12 de abril de 2021.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem fins lucrativos e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), particularmente à NBC TG 1000 - contabilidade para pequenas e médias empresas aprovada pela resolução CFC nº 1255/09, bem como disposições específicas estabelecidas pela resolução CFC nº 1409/12, que aprovou a ITG 2002(R1) – Entidades Sem Finalidade de Lucros.

Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros, a entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as receitas próprias.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

- Provisão para estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 6);
- Depreciação (Nota Explicativa nº 9a);
- Amortização (Nota Explicativa nº 9b);
- Provisão para demandas judiciais.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Não há informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

3. Principais políticas contábeis

A entidade aplicou as práticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a entidade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a entidade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A entidade avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

ii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente e as aplicações em fundos de investimentos. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica “despesas operacionais – financeiras” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado da entidade compreendem as “aplicações financeiras – recursos sem restrição”.

Caixa e equivalentes de caixa – sem restrição

São instrumentos financeiros classificados como mantidos para negociação, na categoria “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado”, registrados ao custo de aquisição, atualizados pela taxa contratada e ajustado ao seu valor de mercado em contrapartida do superávit do exercício.

iii) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da entidade compreendem “caixa e equivalentes de caixa”, “contas a receber”, “outros créditos” e “recursos vinculados a projetos”.

Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor faturado e referem-se às vendas de cartões de natal e brindes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração sobre títulos vencidos a mais de 90 dias com reversão dos títulos registrados em cartório e registradas em cobrança judicial, para fazer em face de eventuais perdas na realização das contas a receber.

Recursos vinculados a projetos

A entidade mantém neste saldo os recursos recebidos através da Lei Rouanet, Condeca e Fumcad, que ainda não foram aplicados nos projetos, detalhado na Nota Explicativa nº 5.

iv) Passivos financeiros não derivativos

A entidade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A entidade desconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, por meio, do método dos juros efetivos (taxa de juros efetiva).

Os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial, somente quando a entidade tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, recursos vinculados a projetos e outras contas a pagar.

b) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

Os estoques compreendem os brindes não realizados até o término do exercício e outros materiais.

c) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Vida útil	(%) Taxas anuais de depreciação
Computadores e periféricos	05 anos	20%
Instalações	10 anos	10%
Máquinas e equipamentos	10 anos	10%
Móveis e utensílios	10 anos	10%
Veículos	10 anos	10%
Edifícios	32 a 59 anos	1,5%

A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

d) Intangíveis

O ativo intangível de vida útil definida é composto basicamente por programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

e) Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização.

f) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

g) Demais passivos circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

h) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para saldar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As declarações de rendimentos da entidade estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais por períodos variáveis de tempo e a eventuais lançamentos adicionais.

i) Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de bens móveis e imóveis, títulos, rendas, valores e direitos, acrescido (ou diminuído), pelo superávit (ou déficit) apurado em cada exercício.

j) Receita operacional

A entidade reconhece a receita quando: **(i)** o valor da receita pode ser mensurado com segurança; **(ii)** é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e **(iii)** critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da entidade.

Com restrição:

Subvenções e assistência governamentais - a receita obtida com a celebração e a execução de convênios e parcerias entre entidades governamentais e a Ação Comunitária do Brasil - Vocação, são registradas em conta patrimonial específica em atendimento a CPC 07 subvenções e assistência governamentais, e na medida em que as atividades e ações previstas no plano de trabalho são executadas, as receitas são apropriadas no resultado do exercício.

Sem restrição:

Venda de produtos ou serviços – a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da entidade.

Doações e contribuições – as receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da impossibilidade de prever os valores e os períodos de recebimentos e, conseqüentemente, registrar por competência a entrada de tais recursos.

Receitas com trabalho voluntário – as receitas com trabalho voluntário são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício.

k) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da entidade compreendem: rendimentos de aplicações financeiras; receitas e despesas de juros e despesas bancárias.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

l) Gratuidade

Tendo em vista que a entidade é uma entidade sem fins lucrativos, beneficente de assistência social e reconhecida de utilidade pública, parte substancial de suas despesas é considerada como gratuidade concedida, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18.

m) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC PME – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa	7	9
Bancos conta movimento	51	104
Aplicações financeiras sem restrição (i)	3.103	4.436
Total	3.161	4.549

- (i) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e os valores estão sujeitos às mudanças nas taxas de juros para os rendimentos pós-fixados, remuneradas a taxa de 91% a 99,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com liquidez diária.

5. Recursos vinculados a projetos

	2020	2019
Bancos - conta corrente	2.019	162
Aplicações financeiras	513	2.989
Projetos a receber	867	344
Total	3.339	3.495

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de recursos recebidos que serão utilizados exclusivamente em contrato de gestão de projetos de leis de incentivo. A entidade mantém os recursos recebidos, aplicados financeiramente enquanto não aplicados. Todo o rendimento financeiro é revertido para aplicação nas atividades.

Lei Rouanet

A lei federal de incentivo à cultura (Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991), conhecida também por Lei Rouanet, é a lei que institui políticas públicas para a cultura nacional, como o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). As diretrizes para a cultura nacional foram estabelecidas nos primeiros artigos, e sua base é a promoção, proteção e valorização das expressões culturais nacionais.

O grande destaque da Lei Rouanet é a política de incentivos fiscais que possibilita as empresas (pessoas jurídicas) e cidadãos (pessoa física) aplicarem uma parte do imposto de renda devido em ações culturais.

Os recursos gerados por meio do plano anual de atividade – PAA #Vocação Cultural 2020 financiam as atividades do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, centro de integração ao mundo do trabalho e assessoramento da Vocação, descritos na Nota Explicativa nº 17.

Fumcad

O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fumcad) foi criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (lei federal 8.069/90), e através da conscientização da utilização da renúncia fiscal do imposto de renda, busca beneficiar entidades com projetos que apoiem o desenvolvimento de crianças e adolescentes (através de doações via lei número 8.069/90 do Fumcad). Os recursos são administrados pelos conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente, compostos por representantes do governo e da sociedade civil.

Os recursos gerados por meio do projeto Vocação Sustentável financiam as atividades do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, centro de integração ao mundo do trabalho e assessoramento da Vocação, descritos Nota Explicativa nº 17.

Condeca

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo (Condeca/SP), criado pela lei estadual nº 8.074/92 e regulamentado pelo decreto estadual nº 39.059/94, em atendimento às disposições dos artigos 87 e 88 da lei federal nº 8.069/90 - ECA, busca beneficiar entidades com projetos que apoiem o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Os recursos gerados por meio dos projetos Trabalho em Ação, Projeto de Desenvolvimento Integral e Juventude Consciente, financiam as atividades do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, centro de integração ao mundo do trabalho e assessoramento da Vocação, descritos Nota Explicativa nº 17.

6. Contas a receber

	2020	2019
Venda de brindes corporativos no país (a vencer)	1.287	1.173
Venda de brindes corporativos no país (vencidos)	240	230
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (i)	(148)	(112)
Total	1.379	1.291

- (i) Valores de títulos vencidos a mais de 90 dias com reversão dos títulos registrados em cartório e registradas em cobrança judicial, conforme políticas de recuperação de crédito interno.

7. Outros créditos

	2020	2019
Nota fiscal paulista a receber (i)	777	822
Adiantamentos efetuados a projetos (ii)	1.223	810
Outras contas a receber	6	50
Adiantamentos	138	124
Total	2.144	1.806

- (i) De acordo com os termos da Lei nº 12.685/2007 programa de estímulo à cidadania fiscal do estado de São Paulo, as entidades de assistência social podem se beneficiar no programa da nota fiscal paulista, recebendo notas e cupons fiscais sem a identificação do CPF do consumidor e cadastrá-las no sistema da nota fiscal paulista com seu CNPJ, assim como participar dos sorteios realizados mensalmente pelo programa;
- (ii) Refere-se a adiantamentos efetuados pela Ação Comunitária com recursos próprios para financiamento dos projetos, devido ao atraso no repasse das verbas da prefeitura do município de São Paulo. Os valores estão previstos para recebimento em 2021.

8. Impostos a recuperar

Por recomendação de seus assessores legais, em julho de 1992 a entidade impetrou mandado de segurança perante a 9ª vara da fazenda pública da comarca da capital contra o delegado regional tributário da grande São Paulo, objetivando o reconhecimento judicial da inexigibilidade de qualquer recolhimento a título de ICMS sobre a venda de agendas e cartões de natal, argumentando ser reconhecida como entidade imune de utilidade pública federal, estadual e municipal.

Nesse processo, vitorioso em instância final, a decisão judicial proferida em 9 de novembro de 1998 determinou à fazenda do estado a restituição do imposto que fora indevidamente recolhido nos exercícios de 1990 e 1991, no total de R\$ 570, montante que foi objeto de precatório. O montante de R\$ 160 apresentado no saldo de impostos a recuperar em dezembro de 2020 contempla a 10ª parcela que aguarda liberação de pagamento.

9. Imobilizado

	(%) Taxas anuais de depreciação	2020	2019
Computadores e periféricos	20%	72	133
Instalações	10%	390	285
Móveis e utensílios	10%	96	78
Veículos	10%	2	2
Máquinas e equipamentos	10%	306	330
Edifícios	1,50%	982	1.007
Reformas em andamento	-	46	106
Total		1.894	1.941

A movimentação do ativo imobilizado ocorrida no ano de 2020 pode ser assim demonstrada:

	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Saldos em 31/12/2020
Computadores e periféricos	133	5	-	-	(66)	72
Instalações	285	8	-	158	(61)	390
Móveis e utensílios	78	37	-	-	(19)	96
Veículos	2	-	-	-	-	2
Máquinas e equipamentos	330	29	(4)	-	(49)	306
Edifícios	1.007	-	-	-	(25)	982
Reformas em andamento	106	98	-	(158)	-	46
Total	1.941	177	(4)	-	(220)	1.894

A movimentação do ativo imobilizado ocorrida no ano de 2019 pode ser assim demonstrada:

	Saldos em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Saldos em 31/12/2019
Computadores e periféricos	196	13	-	-	(76)	133
Instalações	283	16	-	34	(48)	285
Móveis e utensílios	75	17	-	-	(14)	78
Veículos	16	-	-	-	(14)	2
Máquinas e equipamentos	321	62	(4)	-	(49)	330
Edifícios	1.032	-	-	-	(25)	1.007
Reformas em andamento	-	140	-	(34)	-	106
Total	1.923	248	(4)	-	(226)	1.941

10. Intangível

	(%) Taxas anuais de amortização	2020	2019
Softwares	-	35	54
Total	-	35	54

A movimentação do ativo intangível ocorrida no ano de 2020 pode ser assim demonstrada:

	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2020
Softwares	54	-	-	(19)	35
Total	54	-	-	(19)	35

A movimentação do ativo intangível ocorrida no ano de 2019 pode ser assim demonstrada:

	Saldos em 31/12/2018	Adições	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2019
Softwares	60	14	-	(20)	54
Total	60	14	-	(20)	54

11. Férias e encargos

	2020	2019
Encargos	223	236
Provisão de férias	491	548
Total	714	784

12. Patrimônio líquido

Os superávits da entidade são empregados integralmente nos seus objetivos sociais comentados na Nota Explicativa nº 1. O patrimônio social representa os superávits e déficits de exercícios anteriores. O superávit do exercício será transferido para a conta patrimônio social após aprovação da assembleia geral dos associados, em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a resolução 1.409/12.

Na eventual possibilidade de encerramento das atividades da entidade, nos termos e condições previstos em seu estatuto social, artigo nº 43, seu patrimônio social será revertido em benefício de entidade de assistência social congênere registrada no ministério do desenvolvimento social (MDS) e, que, preferencialmente, tenha sede e atividade preponderante no estado de São Paulo.

13. Subvenções e convênios – com restrições

	2020	2019
PAA - Vocação Cultural 2019 Pronac - Lei Rouanet	1.403	1.659
Trabalho em Ação - Condeca	39	519
Projeto Desenvolvimento Integral - Condeca	96	838
Juventude#Consciente - Condeca	1.187	403
Vocação Sustentável - Fumcad	68	520
Total	2.793	3.939

Vide Notas Explicativas nº 5 e nº 17a.

14. Receitas institucionais – sem restrições

	2020	2019
Programa nota fiscal paulista (i)	1.456	2.570
Doação de pessoa física e jurídica (ii)	3.533	2.330
Total	4.989	4.900

(i) Vide Nota Explicativa nº 7;

(ii) Doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas destinadas a manutenção das atividades

15. Receita com aprendizagem

	2020	2019
Receitas com aprendizagem (i)	1.570	2.502
Total	1.570	2.502

(i) A Vocação desenvolveu em 2020 o programa de aprendizagem voltado para a inserção de jovens, em situação de vulnerabilidade social, no mundo do trabalho e se apoiou na lei da aprendizagem (10.097/2000), respeitando ainda as diretrizes da resolução CNAS nº 33/2011, que define a promoção da integração ao mundo do trabalho no campo da assistência social. Os valores acima representam as contribuições das empresas parceiras para que a Vocação ministre o treinamento dos jovens.

16. Venda de brindes corporativos

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado:

Receita com venda de brindes

	2020	2019
Receita bruta na venda de brinde corporativo	5.672	7.611
Deduções da receita bruta	(11)	(25)
Total da receita	5.661	7.586

Previsto em seu estatuto - artigo 34 a entidade promove a comercialização (revenda) de brindes promocionais (cartões de natal e brindes) junto a empresas privadas para geração de renda própria e custeio da atividade fim.

Custos e despesas dos brindes vendidos

a) Custo dos brindes vendidos

	2020	2019
Personalização de brindes	(94)	(70)
Matéria-prima	(55)	(85)
Custo de aquisição dos brindes para revenda	(3.088)	(4.182)
Total	(3.237)	(4.337)

b) Despesas com vendas de brindes

	2020	2019
Despesas com pessoal	(1.469)	(1.786)
Despesas com distribuição	(221)	(311)
Despesas com comunicação	(237)	(309)
Representantes	(11)	(16)
Despesas administrativas	(72)	(113)
Total	(2.010)	(2.535)
Total dos custos e despesas dos brindes vendidos	(5.247)	(6.872)
Resultado gerados pela venda de brindes	414	713

Desta forma, para que não paire qualquer dúvida, os valores referentes a venda de brindes corporativos não se configuram de maneira nenhuma a nenhum tipo de venda ou contraprestação aos usuários dos serviços.

17. Custos e despesas operacionais

A entidade promove a inclusão e proteção social assegurando por meio de seus programas, projetos e serviços socioassistenciais, na perspectiva da autonomia, defesa e garantia de direitos, solucionar questões típicas de comunidades em situação de vulnerabilidade social.

Nossos serviços são operacionalizados de forma permanente, continuada e planejada, orientados pelo princípio de igualdade de direitos no acesso sem discriminação de qualquer natureza, sem nenhum tipo de cobrança nas ações ofertadas e com a mobilização e garantia de processos participativos dos usuários.

Os serviços, programas e projetos conforme disposto na tipificação nacional de serviços socioassistenciais - resolução CNAS 109/2009, são executados na proteção social básica por meio do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e programas para integração ao mundo do trabalho.

Já as ações de assessoramento, balizadas na resolução CNAS 27/2011, são realizadas às organizações da sociedade civil e às equipes multidisciplinares dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Trata-se de assessoramento técnico, político e financeiro.

- **Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de 06 a 14 anos** - trata-se de espaço de convivência, que desenvolve o protagonismo e a autonomia das crianças e adolescentes a partir dos interesses, demanda e potencialidades deles próprios. As ações são lúdicas, culturais e esportivas garantindo a sociabilidade, interação, sociabilidade e aprendizagem conforme preconizado na resolução CNAS nº 109/2009;
- **O Centro Integração ao Mundo do Trabalho** - oferece capacitação profissional visando criar melhores oportunidades de integração dos jovens ao mundo do trabalho. A metodologia visa orientar a obtenção do primeiro emprego, por meio do uso das novas tecnologias para a promoção da aprendizagem (games, apps e plataformas digitais). Todas as ações convergem para tornar os jovens mais preparados para a vida; com mais autonomia, conhecimento e experiência para impactar a sociedade de forma positiva;
- **Programa aprendizagem** - é voltado para a inserção de jovens, em situação de vulnerabilidade social, no mundo do trabalho, vide Nota Explicativa nº 15;
- **Assessoramento político e técnico** - o assessoramento técnico e político oferecido pela Ação Comunitária do Brasil objetiva principalmente capacitar as organizações da sociedade civil voltadas para a aquisição de conhecimentos, habilidades e desenvolvimento de potencialidades que contribuam para o alcance da autonomia pessoal e social dos usuários da assistência social e facilitem a sua convivência familiar e comunitária.

- **Assessoramento administrativo financeiro** – tem como objetivo de fomentar e apoiar projetos de inclusão social, com base nas vulnerabilidades e riscos sociais, a Ação Comunitária do Brasil, ofereceu durante 2020, o assessoramento financeiro às organizações da sociedade civil. Por meio desta ação, efetuamos repasses financeiros permanentes e planejados às organizações, custeando recursos humanos, materiais pedagógicos, alimentação, ajuda de custo para transporte, etc.;
- **O ano de 2020 foi bem atípico em função da pandemia da Covid-19** – diante do desafio a Ação Comunitária atuou por meio de campanhas para auxiliar no enfrentamento das vulnerabilidades sociais. A primeira campanha lançada foi “Ação Solidária contra Covid-19”, com o objetivo arrecadar fundos para a distribuição de cestas básicas e produtos de higiene seguindo com as campanhas “Doe Máscaras A Quem Precisa” e “Conectividade na Periferia” ambas com o mesmo público-alvo.

a) Custos com assistência social – com restrições

A redução no investimento apresentado nesta nota é decorrente da redução das atividades sociais executadas por meio de projetos incentivados, vide Nota Explicativa nº 13.

Atividades Sociais 2020

Descrição	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos		Integração ao Mundo do Trabalho		Assessoramento		Total R\$ mil
	Crê - Ser - Icarai	Atendimento para Crianças e Adolescentes de 6 a 14 anos	Preparação Para o Trabalho / <i>Mentoring</i>		Crê - Ser - Organizações Parceiras	Programa de Desenvolvimento Integral	
			Programa para Adolescentes de 15 a 18 anos	Programa Aprendiz			
Assessoramento Técnico e Político							
Pessoal	147	523	-	1.521	61	2.252	
Despesas operacionais	33	123	-	-	36	432	
Assessoria financeira (i)	-	-	-	349	-	109	
Total com restrição	180	646	-	1.870	97	2.793	

Atividades Sociais 2019

Descrição	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Integração ao Mundo do Trabalho		Assessoramento		Total R\$ mil
	Crê - Ser - Icarai	Preparação Para o Trabalho / <i>Mentoring</i>	Programa Aprendiz	Crê - Ser - Organizações Parceiras	Programa de Desenvolvimento Integral	
	Atendimento para Crianças e Adolescentes de 6 a 14 anos	Programa para Adolescentes de 15 a 18 anos	Programa de Sócio Aprendizagem	Assessoramento Adm. Financeiro	Assessoramento Técnico e Político	
Pessoal	192	477	-	1.388	539	2.596
Despesas operacionais	111	206	-	-	298	615
Assessoria financeira (i)	-	-	-	728	-	728
Total com restrição	303	683	-	2.116	837	3.939

- (i) Repasses financeiros permanentes e planejados às organizações parceiras, custeando recursos humanos, material pedagógico, alimentação, ajuda de custo para transporte, etc.

b) Despesas com assistência social – sem restrições

O aumento no investimento apresentado nesta nota é decorrente do investimento no combate aos impactos da pandemia.

Atividades Sociais 2020

Descrição	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Integração ao Mundo do Trabalho		Assessoramento		Campanhas de enfrentamento a Pandemia	Total R\$ mil	Despesas administrativas
	Crê - Ser - Icarai Atendimento para Crianças e Adolescentes de 6 a 14 anos	Preparação Para o Trabalho/ <i>Mentoring</i>	Programa Aprendiz	Crê - Ser - Organizações Parceiras	Programa de Desenvolvimento Integral			
Pessoal	208	354	1.787	379	629	67	3.424	592
Despesas operacionais	56	100	146	255	194	831	1.582	405
Despesas administrativas	10	13	20	7	10	5	65	136
Total sem restrição	274	467	1.953	641	833	903	5.071	1.133

Atividades Sociais 2019

Descrição	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Integração ao Mundo do Trabalho		Assessoramento		Total R\$ mil	Despesas administrativas
	Crê - Ser - Icarai Atendimento para Crianças e Adolescentes de 6 a 14 anos	Preparação Para o Trabalho / <i>Mentoring</i>	Programa Aprendiz	Crê - Ser - Organizações Parceiras	Programa de Desenvolvimento Integral		
		Programa para Adolescentes de 15 a 18 anos	Programa de Sócio Aprendizagem	Assessoramento Adm. Financeiro	Assessoramento Técnico e Político		
Pessoal	181	191	2.394	488	190	3.444	518
Despesas operacionais	89	114	241	334	227	1.005	417
Despesas administrativas	17	20	60	29	28	154	106
Total sem restrição	287	325	2.695	851	445	4.603	1.041

c) Investimento total com assistência social

Atividades Sociais 2020

Descrição	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Integração ao Mundo do Trabalho		Assessoramento		Campanhas de enfrentamento a Pandemia	Total R\$ mil	Despesas administrativas
	Crê - Ser - Icarai Atendimento para Crianças e Adolescentes de 6 a 14 anos	Preparação Para o Trabalho / Mentoring	Programa Aprendiz	Crê - Ser - Organizações Parceiras	Programa de Desenvolviment o Integral			
Pessoal	355	877	1.787	1.900	690	67	5.676	592
Despesas operacionais	89	223	146	255	230	831	1.774	405
Assessoria financeira (i)	-	-	-	349	-	-	349	-
Despesas administrativa s	10	13	20	7	10	5	65	136
Total sem restrrição	454	1.113	1.953	2.511	930	903	7.864	1.133

Atividades Sociais 2019

Descrição	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Integração ao Mundo do Trabalho		Assessoramento		Total R\$ mil	Despesas administrativas
	Crê - Ser - Icarai Atendimento para Crianças e Adolescentes de 6 a 14 anos	Preparação Para o Trabalho / <i>Mentoring</i>	Programa Aprendiz	Crê - Ser - Organizações Parceiras	Programa de Desenvolvimento Integral		
		Programa para Adolescentes de 15 a 18 anos	Programa de Sócio Aprendizagem	Assessoramento Adm. Financeiro	Assessoramento Técnico e Político		
Pessoal	373	668	2.394	1.876	729	6.040	518
Despesas operacionais	200	320	241	334	525	1.620	417
Assessoria financeira (i)	-	-	-	728	-	728	-
Despesas administrativas	17	20	60	29	28	154	106
Total com restrição	590	1.008	2.695	2.967	1.282	8.542	1.041

Os registros nessas rubricas correspondem às despesas de atendimentos gratuitos com os nossos projetos e outras atividades assistenciais, e têm por objetivo demonstrar os recursos destinados diretamente às ações beneficentes e dão base para evidenciar os atendimentos concedidos.

18. Concessão de gratuidade

Os valores relativos ao atendimento gratuito são apurados pelos gastos efetivos, com base em notas fiscais, folhas de pagamento e contratos de produtos e serviços.

A administração da entidade entende que os recursos alocados as atividades estão adequados e atendem as exigências da Lei nº 12.101/09. A análise e aprovação do cumprimento dos requisitos legais, estão vinculadas às futuras prestações de contas junto ao conselho municipal de assistência social.

A gratuidade é concedida observando-se as determinações da Lei nº 12.101/09 e obedecendo aos limites mínimos, conforme art. 4º inciso ii da seção i da saúde e pelo art.13º §1º inciso iii “a” e “b” da seção ii da educação, e também pelo art.18º §1º e §2º da seção iii da assistência social. Conforme demonstrativo a seguir:

As quantidades em volume de atendimento, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Números (em quantidades) de atendimentos em 2020 e 2019:

Atendimentos/Assessoramento 2020

Descrição	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Integração ao Mundo do Trabalho		Total atendimento	Assessoramento (alcance)		Total assessoramento
		Preparação Para o Trabalho / <i>Mentoring</i>	Programa Aprendiz		Crê - Ser - Organizações Parceiras	Programa de Desenvolvimento Integral	
	Crê - Ser - Icarai Atendimento para Crianças e Adolescentes de 6 a 14 anos	Programa para Adolescentes de 15 a 18 anos	Programa de Sócio Aprendizagem		Assessoramento Adm. Financeiro	Assessoramento Técnico e Político	
Profissionais	-	-	-	-	84	767	851
Crianças e Adolescentes	420	3.501	1.875	5.796	1.308	18.857	20.165
Famílias	315	605	-	920	1.046	15.056	16.132
Equipamentos							
Número de CRAS/CREAS	-	-	-	-	-	6	6
Números de OSC's	-	-	-	-	11	55	66
Números de Serviços	-	-	-	-	11	78	89

Atendimentos/Assessoramento 2019

Descrição	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Integração ao Mundo do Trabalho		Total atendimento	Assessoramento (alcance)		Total assessoramento
	Crê - Ser - Icarai Atendimento para Crianças e Adolescentes de 6 a 14 anos	Preparação Para o Trabalho / <i>Mentoring</i>	Programa Aprendiz		Crê - Ser - Organizações Parceiras	Programa de Desenvolvimento Integral	
		Programa para Adolescentes de 15 a 18 anos	Programa de Sócio Aprendizagem		Assessoramento Adm. Financeiro	Assessoramento Técnico e Político	
Profissionais	-	13	-	13	60	767	827
Crianças e Adolescentes	1534	2.163	3.728	7.425	1.345	18.575	19.920
Famílias	236	470	-	706	1.076	14.860	15.936
Equipamentos							
Número de CRAS/CREAS	-	-	-	-	-	6	6
Números de OSC's	-	3	-	3	10	47	57
Números de Serviços	-	3	-	3	10	116	126

Nota: Ao todo 15.260 famílias foram beneficiadas com as campanhas de enfrentamento à pandemia.

19. Remuneração da administração

O estatuto social da entidade possui previsão de não remuneração dos membros dos organismos da entidade, exceção feita à remuneração do superintendente. A entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente nos projetos sociais e à manutenção de suas atividades.

20. Certificado de entidade beneficente de assistência social

A Vocação é uma entidade de assistência social, sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública em âmbito federal, estadual e municipal, bem como é detentora, nas mesmas esferas, do certificado de entidade beneficente e de assistência social. De acordo com o disposto no § 2º do art. 24, da Lei nº 12.101/2009, a certificação da entidade permanecerá válida até 31/12/2020 em conformidade ao Ofício nº 1089/MC/SNAS/DRSP/CGCEB/CCEB de 13/10/2019.

O processo de renovação do CEBAS foi apresentado em 10/2020 dentro do prazo legal conforme protocolo nº 235874.0023926/2020. Destacamos que a manutenção das imunidades da Vocação segue em vigor até o término do processo de análise do pedido de renovação.

21. Despesas com mobilização de recursos

	2020	2019
Despesas com pessoal	(1306)	(897)
Despesas com marketing e eventos	(38)	(11)
Representação e serviços tomados	(340)	(731)
Total	(1.684)	(1.639)

22. Imunidade (isenção) usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

A entidade, a título de demonstrações, vem evidenciando suas contribuições sociais usufruídas com base na Lei nº 8.212 de 1991, em sua redação primitiva. Esses valores anuais equivalem à isenção usufruída – INSS em R\$ 1.793 (R\$ 1.822 em 2019).

As declarações de isenção do imposto de renda, as quais a entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou órgãos fiscalizadores.

23. Trabalho voluntário

Conforme determinado pela ITG 2002, para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a entidade identificou e mensurou todo o valor de trabalho voluntário por ela recebida durante os exercícios de 2020 e 2019.

Os valores de trabalho voluntário foram reconhecidos com base em valores de mercado correspondentes à cada um dos serviços recebidos e estão assim sumarizados:

	2020	2019
Serviços de auditoria	(28)	(29)
Serviço de proteção de crédito	(240)	(293)
Conselho voluntário	(34)	(29)
Anúncios gratuitos na internet	-	(48)
Total	(302)	(398)

24. Avais, fianças e garantias

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a entidade não apresentava quaisquer avais, fianças e garantias.

25. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A administração da entidade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado.

Os instrumentos financeiros mantidos pela entidade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo.

Riscos associados

A entidade opera apenas com instrumentos financeiros não-derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a receber, contas a pagar, salários, férias e encargos.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros de mercado, se aproximando, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício a entidade não realizou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2020 a entidade está sujeita aos fatores de:

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a entidade incorrer em perdas decorrentes de contribuições a receber decorrentes da falha dos contribuintes em cumprir com suas obrigações. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre suas aplicações financeiras. Visando à mitigação desse tipo de risco, a empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

26. Cobertura de seguros

As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2020, a Entidade possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Importâncias Seguradas (em reais)
Incêndio de bens do imobilizado	5.000.000
Responsabilidade civil operações	200.000

27. Eventos subsequentes

Em decorrência da pandemia do Covid-19 a Vocação, seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e todos os órgãos competentes, aderiu ao isolamento social, adaptando todas as suas atividades presenciais para a modalidade EAD e direcionando parcialmente seus colaboradores ao home office.


Pensando na saúde financeira da organização, a construção do seu orçamento 2021 levou em consideração a metodologia OBZ. Ainda como um plano de retomada todas as reposições de pessoal e recomposição das despesas operacionais estão parcialmente e temporariamente suspensas.

Para manutenção das receitas a Vocação amplia sua participação em editais e da continuidade na promoção de campanhas pontuais para a arrecadação de fundos junto a pessoas físicas e jurídicas.

* * *

DocuSigned by:

 27C1659A35104B2...
 Celso Luiz Teani de Freitas
 Superintendente

DocuSigned by:

 1552386A9D5E4C4...
 Celia Regina Arruda
 Contadora
 CRC 1SP173663-O9